

Coluna do Castello

Muito próxima a hora do confronto

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, num comentário feito na intimidade, disse que algumas decisões da Constituinte o tornam perplexo. Por exemplo: decidiu-se que o menor de 16 anos pode dirigir o país embora não possa dirigir automóvel. Esse tipo de comentário coincide com as críticas às decisões da Constituinte retomadas ontem pelo presidente da República e oferece um sintoma a mais de que, com a aceleração das votações na Assembléia, o deputado Ulysses Guimarães marcou um ponto significativo em favor do seu esforço de dotar o país já de uma nova Constituição, mas ao mesmo tempo aproximou o confronto político entre os que querem eleição este ano e os que pretendem deixá-la para o próximo ano.



A mobilização das duas vertentes é notória e preocupante. Os partidos com representação no Congresso reuniram-se, por intermédio dos seus onze presidentes, para incentivar e apoiar os trabalhos da Constituinte. O ministro da Justiça, pela segunda vez, reuniu ministros de Estado para transmitir a idéia de unidade do governo mobilizado para evitar a eleição este ano. Na primeira reunião houve apenas uma dissonância: o interesse do ex-governador Leonel Brizola de pôr em questão a tendência pró-parlamentarismo. Na segunda reunião, permaneceu ausente o incapturável ministro Renato Archer, o qual, se é leal executor de uma política administrativa na Previdência Social, não abre mão de seus compromissos políticos com o PMDB.

Como se sabe, os partidos quase todos querem os quatro anos, e os ministros, entre eles os ministros militares, os cinco anos. A mobilização concorrente deixa no ar a expectativa de que emergjam inconformismos com decisões que o governo e suas bases de sustentação consideram impróprias na atual conjuntura. Teme-se que, votados os quatro anos, esse inconformismo ganhe uma dimensão que ponha em xeque o próprio processo de transição democrática. Ao lado do conflito político, a questão econômica suscitada pelos ministros da Fazenda e do Planejamento não preconiza um desfecho tranquilo para a proposta em debate: o congelamento da URP. Objeções militares e civis, dentre as quais a do ministro Celso Furtado, sugerem um novo encaminhamento da questão, que põe em prova mais uma vez a capacidade de decisão do presidente da República.

O ministro Aureliano Chaves observava, depois da reunião promovida pelo ministro Paulo Brossard, que a emoção domina não só a Constituinte como o Poder Executivo. Essa é uma situação de risco, pois a predominância do fator emocional afasta a racionalidade das decisões. O quadro não é fácil, disse o ministro, tanto mais quanto a ele se acrescentem "condimentos econômicos". Ele acha inconveniente a convocação de eleição presidencial para este ano, com o país ainda desarranjado. As frustrações populares têm sido constantes e uma eleição em 1988 vai trocar esperanças por novas frustrações. Cria-se a impressão de que, afastado o atual governo, o futuro presidente irá resolver, num golpe de mágica, todas as questões.

O problema para o sr. Aureliano Chaves está no crescimento desordenado e incontrolado do país, que agravou desníveis econômicos, sociais, regionais e políticos. Havia antes um núcleo central que vai sendo desmontado com prejuízo das peculiaridades regionais. O sentimento nacional vai cedendo, e já há indícios de que a casa se divide perigosamente. A solução há de ser nacional. Ou pensamos no Brasil, ou não evitaremos que os sintomas evoluam e a nação se divida e perca seu histórico sentido de unidade. O presidente de honra do PFL diz que, em função mesmo dessas convicções, não pode admitir que se examine sua candidatura presidencial antes de promulgada a Constituição. Ele não cede a pressões para precipitar os acontecimentos.

Voltando ao impasse gerado pela proposta de congelamento da URP por três meses, o presidente José Sarney foi estimulado a reexaminar a questão posta pelo ministro Mailson da Nóbrega quando recebeu informações do ministro Celso Furtado de que os cálculos sobre incidência do pagamento do funcionalismo no déficit público não correspondem às informações que possui. Segundo o famoso economista, hoje no Ministério da Cultura, o sr. Mailson da Nóbrega está agindo como um tecnocrata do estilo do período militar, que se considera dono dos dados e antigamente até os manipulava. Receita líquida é aquela que o Ministro da Fazenda quer. Hoje ele pretende confrontar as informações. "As minhas", disse ele ao general Ivan, "são as do Banco Central". Essa reação, transmitida ao presidente, levou o sr. José Sarney a considerar com mais objetividade as ponderações do ministro-chefe do Emfa e dos seus colegas civis do Trabalho e da Administração. O ministro da Fazenda foi convidado a rever sua proposta, a qual, segundo o sr. Celso Furtado, apenas pretende antecipar exigências do FMI, que levariam à recessão. Ele está certo de que o presidente não assinaria uma nova carta de intenções e por isso o adverte de que a suspensão da URP é apenas medida antecipatória.